



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/11/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CORREGEDOR (A).....	2 - 3
1.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4 - 5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CORREGEDOR (A).....	6 - 7
2.2. PRESIDÊNCIA.....	8 - 9
2.3. TJ 201 ANOS.....	10
3. JORNAL EXTRA	
3.1. EVENTOS.....	11
3.2. SINDJUS.....	12
3.3. VARA CRIMINAL.....	13
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. VARA CRIMINAL.....	14

Professores do curso de Direito da UFMA conhecem projetos do TJMA



Professores na 2ª Câmara Cível

Os professores Márcio Aleandro Correia Teixeira, Edith Maria Barbosa Ramos e Artenira Silva e Silva, dos cursos de graduação em Direito e mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), participaram da sessão da 2ª Câmara Cível e conheceram projetos do TJMA, para buscar formas de articulação entre a instituição de ensino e o Poder Judiciário.

Os três professores co-

ordenam o Observatório de Acompanhamento e Monitoramento de Indicadores e Políticas Públicas de Segurança Pública, Saúde e Assistência Social – projeto institucional que organiza a cooperação entre instituições públicas e privadas no desenvolvimento de atividades técnicas de avaliação, gestão e planejamento de políticas públicas e pesquisas de extensão nas áreas de segurança pública, saúde e assistência social.

“Sua principal função

é a promoção, apoio, divulgação e publicação de saberes técnicos e científicos em área interdisciplinar e intersetorial da segurança, saúde e assistência social, através de termos de cooperação, convênios, acordos científicos, técnicos e culturais”, informa o professor Márcio Aleandro.

O desembargador Marcelo Carvalho e os demais membros da 2ª Câmara Cível manifestaram apoio à iniciativa de buscar maior inter-rela-

ção entre o Judiciário e as universidades, a exemplo da parceria que permitiu a formação de duas turmas de pós-graduação em Gestão Pública para servidores do TJ. Os desembargadores apresentaram projetos da 2ª Câmara Cível como Acórdão Online, Fala Audiência e Súmulas.

SESSÃO ITINERANTE – Para estimular o início das parcerias entre os dois órgãos, os desembargadores comprometeram-se a realizar a última sessão da 2ª Câmara Cível de 2014 no auditório da Universidade Federal do Maranhão, para que possa ser assistida por uma maior quantidade de estudantes, frisando que a idéia pode ser levada para outras faculdades que manifestarem interesse.

“Essa é uma forma de melhorar as relações entre a sociedade e o Judiciário, que é um mecanismo de liberdade do estado democrático de direito”, frisou o desembargador Marcelo Carvalho.

Nelma Sarney é reconduzida à Presidência do Colégio de Corregedores



⇒ Nelma Sarney foi reeleita por unanimidade para mais um mandato de um ano à frente do Colégio.

Nelma Sarney é reconduzida à Presidência do Colégio de Corregedores



Nelma Sarney foi reeleita por unanimidade para mais um mandato de um ano à frente do Colégio.

“A prestação de contas feita neste encontro e a forma como vem administrando nossa entidade é exemplo de uma gestão séria, que merece nosso reconhecimento”. Com essas palavras o corregedor Constantino Brahmá defendeu a recondução da desembargadora Nelma Sarney à Presidência do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE).

A proposta de alteração do estatuto da entidade, permitindo a reeleição, foi aprovada na noite desta quinta-feira (13) durante o 67º Encontro dos Corregedores, realizado na Cidade de Salvador (BA). Nelma Sarney foi reeleita por unanimidade para mais um mandato de um ano à frente do Colégio.

A corregedora maranhense encerrou seu primeiro ano

de gestão com um aumento de 900% das receitas da entidade. Com base em um plano de comunicação dinâmica e estratégica, promoveu o relacionamento e a integração entre os membros e as corregedorias. Em seu balanço, ela ainda destacou a criação de conta bancária própria, a realização de três encontros e a manutenção do site eletrônico do colégio www.ccoge.com.br, por meio

do qual as informações do Colégio chegam a milhares de pessoas.

“Estamos fechando um ano extremamente positivo para o Colégio e esse resultado é fruto da participação de todos os corregedores e também juizes auxiliares que participaram das nossas ações, mas é certo que ainda há desafios a serem enfrentados. Com apoio da Corregedoria Nacional vamos avançar na solução da competência delegada e da execução fiscal, demanda que sobrecarrega os juizes de todo Brasil. Vamos buscar uma integração ainda maior, para que possamos fortalecer nossa instituição e continuar firmes no propósito de oferecer uma justiça que atenda aos anseios dos nossos cidadãos”, destacou. Também foi eleita a nova Mesa Diretora do Colégio, composta pelo desembargador José Olegário Caldas (BA), 1º vice-presidente; Sebastião Ribeiro Martins (PI), 2º vice-presidente; Romeu Gonzaga Neiva (DF), 1º secretário; Daniel Ribeiro Lagos (RO), 2º secretário; Eugênio Achille Grandinetti (PR), 1º tesoureiro; Hamilton Eliot Akkel (SP), 2º tesoureiro.

Pág. 8

Jornalista mostra imagens do cotidiano de crianças em exposição fotográfica no Fórum de São Luís



Vanessa Serra - jornalista retrata crianças em obras em exposição no Fórum

Jornalista mostra imagens do cotidiano de crianças em exposição fotográfica no Fórum de São Luís

Imagens que retratam o cotidiano de crianças, além de personagem do bumba-meu-boi, captadas pelas lentes da jornalista e produtora cultural Vanessa Serra, fazem parte da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, aberta ao público no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), até o dia 5 de dezembro. A exposição coletiva reúne 71 títulos de 18 fotógrafos profissionais e amadores maranhenses.

Cada fotógrafo doou uma das obras de sua autoria ao acervo permanente da Galeria Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís. Vanessa Serra entregou ao espaço de arte a foto "Menino", produzida em 2012

e que mostra uma criança tomando banho no Rio São Benedito, no Povoado de Mato Grosso, município de Morros, no interior do Maranhão.

A jornalista também registrou imagens de crianças do município de Raposa, região da metropolitana de São Luís; uma menina moradora do bairro da Liberdade, na capital maranhense; e o miolo do bumba-meu-boi de São José de Ribamar. Vanessa Serra, que tem a fotografia como um hobby, também possui vivências em cultura popular e cicloturismo.

Graduada em jornalismo e pós-graduada em Jornalismo Cultural na Contemporaneidade, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Vanessa Serra tra-

balha com assessoria de imprensa, redação e produção de TV. Atualmente, assina a coluna Diário de Bordo, no Jornal Pequeno; mantém o blog www.vanessaserra.blogspot.com.br e atua no Núcleo Algo Mais de Produção, da TV Difusora.

HUMANIZAÇÃO E **ARTE** – a exposição fotográfica está aberta público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Galeria Celso Antônio de Menezes. A iniciativa decorre da parceria entre a Diretoria do Fórum e a Corregedoria da Justiça do Maranhão e têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso. As atividades artísticas que ocorrem no órgão busca também fomentar a arte junto à comunidade jurídica e é uma forma de

valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio dentre operadores do Direito e a população em geral.



Casamento na Villa Garden

Com uma bonita
cerimônia , ao por do sol,
no Buffet Villa Garden, foi
realizado o casamento
de Clara Castro e
Osmar Gomes Filho, que
ofereceram a recepção
no mesmo local **p . 4 e 5**



O casamento de Clara e Osmar

O belo jardim do Villa Garden serviu de cenário para o casamento de Clara Castro e Osmar Gomes Filho, que escolheram o pôr do sol do dia 8 de novembro como testemunha de uma cerimônia prestigiada por muitos nomes de destaque da sociedade maranhense.

A celebração religiosa ficou a cargo do padre Almir e teve como juiz celebrante, Osmar Gomes dos Santos. Sobriedade e bom gosto marcaram a cerimônia idealizada nos mínimos detalhes pela noiva.

Clara é filha da jornalista Wal Oliveira e do publicitário Eri Castro e Osmar é filho do juiz e Diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, Osmar Gomes dos Santos e da empresária Félix Gomes.



Camila e o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Jr.



Os noivos diante do sacerdote, Pe. Almir Magalhães, durante a bênção religiosa



Desembargadora Nelma e Ronald Sarney



O tradicional brinde dos noivos com a mãe dela, Wal Oliveira, o avô Walter Peixoto, e os pais dele, Félix Gomes e Osmar Gomes dos Santos

Maranhão no encontro do Judiciário p . 2



Maranhenses em encontro nacional

O Maranhão esteve muito bem representado no Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na belíssima cidade de Florianópolis.

Lá estavam os desembargadores Cleonice Freire (presidente do TJMA), Nelma Sarney (Corregedora-Geral de Justiça), Froz Sobrinho (presidente do TRE/MA), e Marcelino Everton.

Também presentes no evento, os juízes auxiliares José de Ribamar Castro, Oriana Gomes e José Américo.

A desembargadora Nelma Sarney fez escala em Salvador, onde participou de mais um Encontro do Colégio de Corregedores do Brasil, entidade da qual é presidente.

Nos dois eventos foram discutidas melhorias para o Judiciário nacional e com certeza muita coisa boa virá para o nosso estado.



Desembargadores Froz Sobrinho, Marcelino Everton e Nelma Sarney com o conselheiro Ronald Sarney e o juiz José Américo



O presidente da OAB nacional, Marcos Vinicius, entre a juíza Oriana Gomes, os desembargadores Cleonice Freire, Nelma Sarney e Fróz Sobrinho



Nelma Sarney reunida com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski e corregedores da Justiça



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, entre as desembargadoras Cleonice Freire e Nelma Sarney

TJ-MA e a justiça

NATALINO SALGADO FILHO

O **Tribunal** de Justiça do Maranhão celebra este mês a conquista de 201 anos com uma história marcada por notáveis episódios que revelam o denodo de homens e mulheres empenhados em velar pela correta aplicação do Direito e em tornar a justiça mais acessível, missão de qualquer instituição que se tenha como democrática.

Conta-nos o escritor e desembargador Milson Coutinho que foi precisamente em 4 de novembro de 1813 que se deu a instalação do Tribunal da Relação no Maranhão, uma espécie de embrião de nosso atual Tribunal de Justiça. Àquele ano, foram nomeados os cinco primeiros desembargadores e também o primeiro chanceler, Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, homem dotado de vasto conhecimento.

Havia muito a ser feito: as questões envolvendo presos e um altíssimo volume de processos na justiça de primeiro grau já justificavam a instalação de uma corte judiciária. "Por essas e outras, e sendo a cidade de São Luís do Maranhão a que melhor reunia bases para a implantação do Tribunal, fez dom João baixar a Resolução de 23 de agosto de 1811, tomada perante a Mesa da Consciência e Ordens. Logo no ano seguinte, por alvará de maio de 1812, ordenava a expedição do Regimento da Relação, que viria a se instalar em 1813, na Casa da Câmara de São Luís do Maranhão", relata-nos o mencionado escritor.

Ao longo desses anos, o Tribunal de Justiça do Maranhão deparou-se com casos que entraram para a história, a exemplo dos fatos que envolveram Pontes Visgueiro, o assassinato de um membro da família Kennedy no Maranhão e o emblemático crime da Baronesa. E foi em 1947, exatamente no dia 28 de julho, data em que se comemora a adesão do Maranhão à Proclamação da República, que final-

mente passou a ser conhecido com a denominação que até hoje permanece.

Durante toda a sua trajetória, esse órgão de Justiça sempre trilhou na defesa da democracia, levando aos mais distantes rincões de nosso Estado a instalação de comarcas; o investimento em infraestrutura e tecnologia; o olhar voltado para questões sociais; a instalação de juizados especiais, o estímulo à solução de conflitos mediante a conciliação; a mediação e a arbitragem; a realização de concursos pú-

Foi precisamente em 4 de novembro de 1813 que se deu a instalação do Tribunal da Relação no Maranhão

blicos para contratação de pessoal; a valorização e reconhecimento dos magistrados; a questão de urbanidade com advogados, promotores, defensores e partes; e, acima de tudo, o respeito pelo alvo de toda essa grande engrenagem: a sociedade.

A história humana é traçada pelo ideário de justiça. Os povos antigos instituíram códigos para regular suas relações, bem como os crimes e o comércio. A própria Bíblia Sagrada traz, nos livros de Êxodo, Números e Deuteronômio, uma série de regras estabelecidas por Moisés, uma forma híbrida de legislador e juiz. Em várias passagens bíblicas, também há alegorias à figura de Deus como o Justo Juiz.

Muitos foram os estudiosos que se debruçaram sobre o tema, na tentativa de definir e entender o que vem a ser Justiça. Para Cícero, em sua obra intitulada "Da República", é entendida como algo imamente e superior; para Aristóteles, como algo que

não pode ser dissociado da ética; e, para Hans Kelsen, como algo que propõe a relatividade do que pode ser considerado justo ou não. A verdade é que não há conceitos fechados nem verdades absolutas quanto a essa questão. Em um dos livros mais provocadores sobre o assunto "Justiça, o que é fazer a coisa certa", de Michael J. Sandel, o autor se propõe a revisar uma série de teorias a partir de renomados filósofos, instigando o leitor a refletir.

Voltando à comemoração dos 201 anos bem-sucedidos do Tribunal de Justiça do Maranhão, num país em que muito se reclama do constante acúmulo de processos, da lentidão da máquina judiciária e da desvalorização dos operadores de Direito, pode-se afirmar que a corte maranhense tem feito a sua parte. Suum cuique tribuere, ou seja, dar a cada um o que lhe pertence. Esse é e deve ser um dos ideais de justiça que todos almejamos.

PS. Também faço questão de agradecer a lembrança de meu nome por parte daquele egrégio tribunal (representado por seus ínclitos julgadores e sua triade feminina, a qual comanda o judiciário estadual maranhense: desembargadoras Cleonice Freire, Nelma Sarney e Anildes Cruz), que me distinguiu ao lado de diversos outros homenageados com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima. Foram condecoradas ainda outras personalidades com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso e com a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, na sessão solene que comemorou os 201 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão. Tal reconhecimento fortalece meu compromisso com a sociedade e me une cada vez mais aos copartícipes dessa honraria, os quais são os companheiros de minha trajetória como homem público.

Doutor em Nefrologia, reitor da UFMA, membro do IHGM, da AMM, AMC e AMLA



Jazz, MPB, poesia e arte na programação do Esmam Cultural

Show de jazz, MPB, música regional, exposição de artes plásticas, artesanato, recital de poesia, apresentação de danças e capoeira estiveram na programação da 7ª Esmam Cultural – exposição da Escola da Magistratura do Maranhão, que reúne a produção artística e cultural dos servidores e magistrados do Poder Judiciário maranhense. A mostra foi aberta pelo diretor da escola, desembargador Marcelo Carvalho Silva, na sexta-feira (14), no Teatro João do Vale, na Praia Grande.

Como atração convidada,

o guitarrista Jayr Torres – professor da Escola de Música do Estado do Maranhão e um dos maiores guitarristas do Brasil – apresentou show com repertório de jazz clássico e contemporâneo, blues, pop internacional e música maranhense.

O músico esteve acompanhado pelo grupo integrado por Samuel Jafé (guitarra), Carlos Raqueth (baixo), Ronald Nascimento (bateria), Rui Mário (piano) e participação especial do juiz Raimundo Nonato Neris e da flautista Márcia Almeida de Moraes (servidora 1ª Vara de Vitorino Freire).

TJ acaba com greve dos servidores do Judiciário antes de começar

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Marcelino Everton concedeu, na sexta-feira (14), pedido de “Tutela Antecipada” em ação civil pública movida pelo Estado, suspendendo a greve geral dos servidores da Justiça, decretada no último dia 13 de novembro.

Os servidores que paralisaram as atividades devem retornar ao trabalho ao pleno exercício de suas atividades no prazo de 24 horas, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 30 mil. Quanto aos descontos dos dias parados, na folha salarial dos que aderiram

ao movimento, esse pedido será analisado durante a apreciação do mérito da questão.

Na ação, a Procuradoria Geral do Estado argumenta que “não pode haver a cessação das atividades em relação à carreira de servidores do Poder Judiciário, uma vez que a eles não se aplica o direito de greve por exercerem atividade essencial”.

Alega, ainda, a ocorrência de transtornos à prestação jurisdicional e a ausência de registro de regras mínimas que possibilitem o funcionamento da Justiça estadual.

DECISÃO – Em sua deci-

são, o relator Marcelino Everton sustentou que a greve é o último recurso posto à disposição dos trabalhadores, que somente pode ser deflagrada em situações extremas, após esgotadas todas as tentativas de negociação; porém nunca quando ainda em curso ou como instrumento de pressão, como na conduta do Sindicato.

Afirmou ainda ser do conhecimento público e notório que o Poder Judiciário vem incansavelmente buscando formas de atender aos pedidos do réu (Sindicato), dentro das reais possibilidades financeiras que o quadro atual apre-

senta, razão pelo qual não pode ser penalizado com a paralisação dos seus serviços.

“As atividades prestadas pelos servidores públicos são essenciais, inadiáveis, atreladas ao princípio da predominância do interesse geral e da continuidade do serviço público, razão pela qual pode e deve ser coibida (a greve) em caso de não atendimento a esse mandamento”, declarou o desembargador.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão deverá apresentar contestação no prazo de quinze dias.

Ex-prefeito e esposa vão puxar mais de 30 anos de cana por matar secretário

Por volta das 4h30 da madrugada de sexta-feira (14), no Tribunal do Júri, no Fórum Henrique de La Rocque, foi anunciada a sentença para o ex-prefeito de São Pedro da Água Branca, Ildézio Gonçalves, conhecido como "Juca", e a mulher dele, Edilane Pereira Nascimento. Juntos, eles foram condenados a mais de 30 anos de prisão por serem mandantes do assassinato de Osmar Luna, que ocorreu em 2007.

"O juiz concedeu direito de o casal recorrer da sentença em liberdade, mas é muito difícil que a decisão possa ser alterada", afirmou a promotora Uiuara Medeiros, que

acompanha o caso. Ela conta que a Justiça reconheceu que o casal foi mandante do crime.

Na sentença, o ex-prefeito foi condenado a mais de 19 anos de reclusão, enquanto a esposa, Edilane, foi condenada a mais de 14 anos. A Justiça tipificou o crime como homicídio qualificado.

Em 2008, Juca e Edilane já haviam sido condenados por comandarem um esquema de corrupção eleitoral. Investigações da Polícia Federal (PF) concluíram que eles usavam dinheiro público para compra de votos.

A MORTE - De acordo com o inquérito policial, o ex-secretário de Administração

de São Pedro da Água Branca, Osmar Luna Peixoto, foi assassinado com quatro tiros, na noite do dia 10 de setembro de 2007. O crime aconteceu na cidade de Imperatriz.

Segundo informações de testemunhas do crime, dois homens chegaram em um carro modelo Uno e estacionaram o veículo próximo à casa onde Osmar estava. O ex-secretário, que era conhecido como Osmar Paixão, foi assassinado na porta. Os assassinos o alvejaram na cabeça e no pescoço, logo em seguida, fugiram do local.

Outros crimes - As investigações do MP dão conta de outras mortes relacionadas

ao casal. No dia 27 de setembro de 2008, o vereador de São Pedro da Água Branca, Edmar Ferreira de Sousa, o Edmar Medrado, foi morto com dois tiros na cabeça, quando retornava de um comício.

Segundo a promotora Uiuara Medeiros, o MP acredita que Edmar Medrado, que era amigo de Juca e Edilane, fazia parte do esquema de corrupção eleitoral como uma espécie de agenciador. Edmar teria ligado ao casal, ameaçando contar sobre a compra de votos. Para o MP, ele foi morto três dias depois, como queima de arquivo, a mando do casal.



VALTER SANTOS Lopes foi preso por tentativa de roubo qualificado

Agentes da Polinter cumprem mandado de prisão preventiva na Vila Janaina

Uma ação dos investigadores lotados na Polícia Interestadual (Polinter) resultou, na manhã desta sexta-feira (14), no cumprimento a um mandado de prisão preventiva em desfavor de Valter Wilson Santos Lopes, de 26 anos. Ele foi preso na Vila Janaina, em São Luís. A ordem judicial foi expedida pela 1ª Vara Criminal de São Luís e diz respeito ao crime de tentativa de roubo qualificado.

Segundo o delegado titular da Polinter, Paulo Márcio Tavares, no dia 4 de agosto de 2013, Valter tentou subtrair a bolsa de duas mulheres, no bairro da Cidade Operária. Na ocasião, o elemento desferiu um golpe no rosto de uma das vítimas e a outra conseguiu sair do local, no entanto foi alcançada e jogada contra um veículo. Durante a ação criminosa, populares socorreram as mulheres e detiveram o criminoso e, em seguida, acionaram a polícia, que se deslocou imediatamente para o local e prendeu o criminoso.